



180

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0325787-4

COMARCA: Arcoverde - 1ª Vara Cível

AGRAVANTE: Lourenço Alves de Souza Sobrinho

AGRAVADO: Banco do NE do Brasil S/A

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DO INSTRUMENTO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 93/STJ JUROS DE 12%. OBSERVAÇÃO. OBEDIÊNCIA AO DECRETO LEI 167/1967. PRECEDENTES DO STJ. CUMULAÇÃO DE PERMANÊNCIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO NOS AUTOS. CONDENAÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRA PARTE QUE DECAIU MINIMAMENTE DO PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ATACADA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nos autos da apelação cível nº 325787-4, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



OK

171.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0325787-4

COMARCA: Arcoverde - 1ª Vara Cível

AGRAVANTE: Lourenço Alves de Souza Sobrinho

AGRAVADO: Banco do NE do Brasil S/A

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATOR

RECURSO

Trata-se de Agravo Regimental na Apelação Cível, interposto por Lourenço Alves de Souza Sobrinho, em face da decisão terminativa de fls. 151/157 que negou seguimento ao Recurso de Apelação com arrimo no art. 557, caput do CPC.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

Em suas razões recursais, o Agravante alega a impossibilidade de se inverter o ônus sucumbenciais de ação procedente em parte, bem como de que os contratos suscitados pela parte agravante foram assinados em 1996 e 1998 e que o aditivo do contrato, assinado em 2001 é considerado nulo, em virtude de conter cláusulas abusivas, o que remete a discussão dos contratos sem a incidência da MP 1963-17/2000.

Pugna para que o presente recurso seja apresentado em mesa, protestando pelo seu provimento para o fim de reformar a decisão agravada, de modo a acolher as razões do Recurso de Apelação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

172/

Não exercendo o juízo de retratação, independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 11 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



173.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0325787-4

COMARCA: Arcoverde – 1ª Vara Cível

AGRAVANTE: Lourenço Alves de Souza Sobrinho

AGRAVADO: Banco do NE do Brasil S/A

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO

De início, cabe esclarecer que o *decisum* ora vergastado é uma Decisão Monocrática Terminativa proferida na forma do art. 557 do CPC, sendo o Agravo Legal o recurso competente para atacá-la e não o Agravo Regimental, como entendeu o Agravante.

No entanto, em homenagem ao princípio da fungibilidade, recebo o referido Agravo Regimental como Legal, nos termos do artigo 545 do CPC e do enunciado nº 42 da Súmula do TJPE: “São fungíveis os agravos regimental e legal”.

Eis o inteiro teor da decisão terminativa guerreada, *ipsi literis*:

Trata-se de duas Apelações Cíveis, sendo a do autor Lourenço Alves de Souza Sobrinho, às fls. 111/117 e a do Banco Réu, as fls. 125/136, contra sentença que julgou parcialmente procedente a Ação Revisional de Contrato de Cédula Rural Hipotecária nº 0004494-93.2011.8.17.0220, em que se discute a existência de cláusulas abusivas no contrato de Cédula Rural Hipotecária firmado entre as partes para o aumento da atividade agrícola na propriedade do autor.

Dispositivo sentencial acostado às fls. 103 dos autos:



174

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

"Diante do exposto, tendo em vista os preceitos legais atinentes à espécie, aliado ao entendimento jurisprudencial colacionado, julgo, por sentença, PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, para reduzir o percentual da multa moratória para 2% sobre o valor do débito. Após o trânsito em julgado, traslade-se cópia da sentença para eventual execução em trâmite, e, em seguida, arquivem-se os autos".

O Autor assevera em seu recurso, que no pacto celebrado entre as partes são ilegais a capitalização mensal de juros, a correção monetária cumulada com comissão de permanência, bem como os juros moratórios e remuneratórios que se mostram acima do estabelecido por lei.

Por sua vez, o Banco Réu se irressigna à sua condenação nas custas e nos honorários advocatícios, fundamentando que decaiu em parte mínima do pedido, respondendo o autor por inteiro, a teor do parágrafo único do art. 21 do CPC. Pugna, pelo provimento do recurso para a reforma da sentença vergastada no sentido de condenar o Autor/Apelado, ao pagamento das custas judiciais e honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor atribuído à causa.

Sem contrarrazões, apesar de intimados para tal fim, conforme publicação de fl. 141.

É o Relatório. DECIDO.

Conheço dos recursos, eis que presentes os requisitos necessários às suas admissibilidades.

Cinge-se, assim, a discussão da apelação do Autor se existe, ou não, ilicitude nos encargos de financiamento do contrato sub judice, indicados na apelação, quais sejam: Capitalização mensal de juros; correção monetária cumulada com comissão de permanência; juros moratórios e remuneratórios acima do limite legal.

Pois bem!

Em relação à capitalização de juros, é entendimento pacífico no STJ que a Cédula de Crédito Rural admite o pacto de capitalização de juros, a partir da edição da medida provisória n. 1.963-17/2000, questão, inclusive, já sumulada, verbis:

SÚMULA 93: A LEGISLAÇÃO SOBRE CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL ADMITE O PACTO DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. SÚMULA 93/STJ. OPERAÇÕES ANTERIORES À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.963-17/2000.1. Nos moldes do entendimento pacificado nesta Corte, a legislação sobre cédulas de crédito rural admite o pacto de capitalização de juros. Inteligência da Súmula 93/STJ.2. A capitalização mensal dos juros somente tornou-se possível nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n.167/67 e Decreto-lei n. 413/69) a



175

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

partir da edição da Medida Provisória n. 1.963-17/2000. Precedentes específicos desta Corte. 3. Incabível a capitalização mensal dos juros no caso em tela, porque os negócios jurídicos foram pactuados anteriormente à edição Medida Provisória n. 1.963-17/2000. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. (STJ - AgRg nos EDcl no REsp: 1161784 MT 2009/0201873-0, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 18/09/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/09/2012)

CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO RECONHECIDA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 93/STJ. 1.- "A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros" (Súmula 93/STJ). 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1208426 SC 2010/0161858-0, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 18/11/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/11/2010)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 93/STJ. 1. Consoante pacífica jurisprudência desta Eg. Corte Superior de Justiça, é possível, nas cédulas de crédito rural, industrial e comercial, a capitalização mensal dos juros, desde que pactuada. Incidência da súmula 93/STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 720262 SP 2005/0013982-3, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 19/08/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/09/2010)

No caso concreto, os documentos que serviram de base para pleitear o pedido revisional, compostos de aditivos da Cédula de Crédito Rural (fls. 28/36v) são posteriores à edição da medida provisória 1.963-17/2000, demonstrando a licitude da capitalização mensal dos juros, sendo, pois, improcedente a irresignação do apelante nesse tema.

Por sua vez, é pacífico o entendimento quanto à vedação da cumulação de comissão de permanência com a correção monetária, já que comissão de permanência poderá ser pactuada, desde que não hajam outros encargos, tais quais multa e juros de mora.

Entretanto, não há nos autos demonstração dessa prática abusiva pelo banco recorrido, eis que através dos contratos que instruíram a inicial, constata-se que foi pactuada a taxa anual em torno de 6%, com a possibilidade de sofrer acréscimo de 12% ao ano, em caso de inadimplência inexistindo, no entanto, cláusula que demonstre a denunciada cumulação de permanência com correção monetária, de modo que se mostra infundada a tese do recorrente nesse aspecto.



176

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Por fim, os juros remuneratórios de 12% indicados na cláusula 4ª do aditivo de fl. 28 e na cláusula nona do documento de fl. 34v estão dentro dos parâmetros legais, de acordo com o Decreto lei 167/1967 e com o STJ:

DIREITO ECONÔMICO. JUROS. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. Os juros na cédula de crédito rural estão limitados a 12% ao ano. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no Ag: 257496 SP 1999/0074746-1, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 10/04/2000, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 29.05.2000 p. 153)

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INEXIGIBILIDADE. Nas Cédulas de Crédito Rural, Industrial ou Comercial, a instituição financeira está autorizada a cobrar, após a inadimplência, a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, elevada de 1%, a título de juros de mora, além de multa de 10% e correção monetária, sendo inexigível a cobrança de comissão de permanência. Agravo improvido. (STJ - AgRg no REsp: 804118 DF 2005/0205599-3, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 18/11/2008, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/12/2008)

Conclui-se, portanto, que no presente caso, não houve cobrança indevida a título de "Capitalização mensal de juros; correção monetária cumulada com comissão de permanência; juros moratórios e remuneratórios acima do limite legal" de forma que a sentença vergastada não merece qualquer reprimenda.

Isto posto, se mostrando o recurso em manifesto confronto com súmula e jurisprudência dominante de Tribunal Superior, com base no art. 557, § 1º do CPC, **nego seguimento ao Recurso de Apelação.**

Em relação ao apelo do Banco Réu, a discussão orbita em torno da possibilidade, ou não, de haver condenação do ônus da sucumbência, apesar de ter decaído em parte mínima do pedido.

A esse respeito, a jurisprudência do STJ tem entendimento predominante de que a parte que decair minimamente do pedido não responde pelo ônus sucumbenciais, devendo a outra parte responder por inteiro pelas custas e honorários advocatícios.

Nesse sentido, colhem-se os seguintes precedentes:



177.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SUCUMBÊNCIA NA PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUPOSTOS EXCLUSIVAMENTE PELO INSS. ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO.

1. Tendo o recorrido decaído de parte mínima do pedido, incide o disposto no parágrafo único do artigo 21 do CPC, devendo a sucumbência ser suportada exclusivamente pelo INSS. 2. Agravo Regimental do INSS desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1173719 SC 2009/0247944-7, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 09/11/2010, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/12/2010)

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. COLISÃO DE VEÍCULOS. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. DENUNCIAÇÃO DA LIDE FEITA PELO RÉU. ACEITAÇÃO. CONTESTAÇÃO DO PEDIDO PRINCIPAL. CONDENAÇÃO DIRETA DA DENUNCIADA (SEGURADORA) E SOLIDÁRIA COM O RÉU. POSSIBILIDADE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA EM PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I. Reconhecido o dever de a seguradora denunciada honrar a cobertura do sinistro, é permitido ao Julgador proferir decisão condenatória diretamente contra ela, porém não exclusivamente, mas solidariamente com o réu principal, causador do sinistro. Precedentes do STJ. II. Admite o STJ a redução do quantum indenizatório, quando se mostrar desarrazoado, o que não sucede na espécie. Precedentes. III. Mínima a sucumbência do recorrido, razão de se carrear a totalidade dos encargos correspondentes ao recorrente. IV. Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido. (STJ - REsp: 1010831 RN 2007/0283752-7, Relator: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Data de Julgamento: 28/04/2009, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/06/2009).

No caso dos autos, dentre 30 pedidos formulados pelo autor, apenas foi procedente o pleito de minoração da multa de 10% para 2%, caracterizando a sua sucumbência máxima na ação, devendo por isso mesmo, responder pelas custas e honorários advocatícios em sua inteireza, nos termos do art. 21, parágrafo único do



178

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CPC, no entanto, a sentença vergastada condenou o requerido nas custas processuais e honorários em 10%, ante a sucumbência mínima, mostrando-se equivocada e dissonante do dispositivo legal e da jurisprudência do STJ.

Face ao exposto, estando à sentença dissonante da jurisprudência do STJ, nos termos do art. 557, § 1º - A do CPC, dou provimento ao recurso da parte Ré, para reformar a sentença recorrida no sentido de condenar o autor nas custas e judiciais e honorários advocatícios sucumbenciais em 10% sobre o valor dado à causa, ao passo que nego seguimento ao apelo da parte Autora, ante o manifesto confronto com súmula e jurisprudência dominante de Tribunal Superior, o que faço com base no art. 557, § 1º do CPC.

Cinge-se, assim, o presente recurso, em analisar se correta foi a decisão terminativa ora vergastada, que deu provimento à apelação da parte Agravada, ao passo que negou seguimento ao Recurso da Parte Agravante, por entender que a sentença decidiu divergente à jurisprudência do STJ em relação a condenação de honorários à parte que decaiu minimamente do pedido, bem como de que não houve cobrança abusiva na espécie.

Pois bem!

Revisitando os fundamentos e documentos trazidos à baila, verifico que a Decisão Terminativa aqui hostilizada nada há de ser reformada, haja vista já restarem perfeitamente delineadas naquele *decisum* as razões pelas quais entendi pela negativa de seguimento do recurso de Apelação.

Senhores Desembargadores, como visto na decisão acima transcrita, a negativa de seguimento do Agravo de Instrumento se deu porque, os documentos que serviram de base para pleitear o pedido revisional, compostos de aditivos da Cédula de Crédito Rural (fls. 28/36v), são posteriores à edição da medida provisória 1.963-17/2000, bem como de que não houve demonstração da cobrança de cumulação de permanência e por fim, de que os juros remuneratórios de 12% indicados na cláusula 4ª do aditivo de fl. 28 e



179

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

cláusula nona do documento de fl. 34v estão dentro dos parâmetros legais, de acordo com o Decreto lei 167/1967 e com o STJ, restando demonstrado que inexistente cobrança abusiva nos contratos trazidos à discussão.

Quanto a não aplicação ao caso concreto da medida provisória 1963-17/2000, devendo ser considerados apenas os contratos primitivos, firmados nos anos de 1996 e 1998, porque os seus aditivos juntados na ação são nulos, em virtude de suas cláusulas serem abusivas, tenho que não merece guarida, posto que os referidos aditivos são extensões dos contratos, podendo se valerem de legislação existente no âmbito de suas vigências.

Demais disso, foi o próprio autor que trouxe os referidos aditivos aos autos para que as suas cláusulas fossem revisadas, não havendo neles nenhum vício que apontem para nulidade, como pretende agora o Agravante.

Já o provimento do recurso do banco Réu, se deu em virtude de sua condenação nos honorários advocatícios, apesar de ter decaído minimamente nos pedidos da ação, tendo sido condenado apenas na minoração da multa moratória para 2%, dentre os trinta pleitos existentes na exordial, o que diverge do entendimento do STJ.

Destarte, a decisão exarada por esta Relatoria nos autos do Agravo de instrumento, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Mediante tais considerações, conheço do presente recurso, porém nego-lhe provimento.

Recife 24 de setembro de 2014.


Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto